

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO DE 2011 A AGOSTO DE 2012
 ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 090/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SET/2011 A AGO/2012		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	489.721	314	490.035
Pessoal Ativo	363.274	94	363.368
Pessoal Inativo e Pensionistas	126.447	220	126.666
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	131.222	229	131.452
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	7	0	7
Despesas de Exercícios Anteriores	14.217	50	14.266
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	116.999	180	117.178
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	358.498	85	358.583
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			600.187.795
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – TDP sobre a RCL (V) = (III e /IV) * 100	0,059731%	0,000014%	0,059745%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,152620%			916.007
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,144989%			870.206

FONTE: SIAFI - COORDENADORIA DE CONTABILIDADE/SOF/TRT 6ª REGIÃO - 20/09/2012
 – 15h e 30m.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Foram pagos R\$ 2.710.920,18 e R\$ 2.285.519,22 referentes a Precatórios da Administração Direta e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, respectivamente, na UO 71103.

3) No período foi pago o valor R\$ 327.994,97 a título de Precatórios da Administração Indireta (Destques).

4) No período de janeiro a agosto de 2012 não houve cancelamento de restos a pagar não processados referente ao GD 1.

MARIA HELENA GUEDES SOARES DE PINHO MACIEL
 Desembargadora Vice-Presidente do TRT da 6ª Região,
 no exercício da Presidência

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
 Diretor Geral

CLODOMIRO GONÇALVES GUERRA JÚNIOR
 Diretor Substituto da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
 Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno